

# Cardoso promete mais ação após reformas

Brasília — Arnildo Schulz

■ Presidente diz que só poderá investir na área social depois que sanear o Estado

ILIMAR FRANCO

BRASÍLIA — O presidente Fernando Henrique Cardoso disse num jantar com cinco governadores, ministros e líderes partidários que seu governo só vai deslanchar depois que o Congresso aprovar todas as reformas, daqui a um ano. “Somente depois que o governo recuperar sua capacidade de investimento é que poderá ter uma atuação mais forte na área social”, afirmou o presidente, explicando que, com um Estado inchado, é impossível realizar esta tarefa.

O jantar na Granja do Torto, na noite de segunda-feira, durou cinco horas e só terminou à 1h30 de ontem. Os governadores Marcello Alencar (RJ), Tasso Jereissati (CE), Antônio Britto (RS), Almir Gabriel (PA) e Eduardo Azeredo (MG) aproveitaram para reclamar das taxas de juros. “Esta questão é extremamente grave e precisa ser reexaminada”, disse Britto com o apoio dos demais.

Já o presidente procurou demonstrar que a realização das reformas é seu programa de governo e criticou a concepção de Estado-empresário, argumentando que existe no Brasil uma idéia do *Estado-fazedor*. Para Fernando Henrique, aqui não se trabalha com a perspectiva do desenvolvimento da sociedade como forma de melhorar as condições sociais e econômicas do país.

Fernando Henrique explicou que, ao se fixar nas reformas e no controle da inflação, o governo está dotando a sociedade dos instrumentos para melhorar os demais indicadores: “Com as reformas e com a inflação sob controle, dentro de um ano e meio o governo vai recuperar sua capacidade de investimento.”

O presidente e os governadores concluíram que foi acertada a tática do governo de concentrar os primeiros esforços nas emendas que alteram o capítulo da Ordem

Econômica da Constituição. Ficou definido que, logo depois que a Câmara encerrar a votação da emenda que flexibiliza o monopólio do petróleo, em meados de junho, o governo enviará ao Congresso o restante das reformas. Além da emenda da Previdência (que já está na Câmara), a reforma administrativa deve ser enviada ainda no primeiro semestre, ficando a reforma tributária para o segundo.

**Maioria** — A análise dominante é a de que o governo tem uma maioria política sólida no Congresso, mas esta base precisará ser novamente trabalhada no segundo semestre, em decorrência da natureza das reformas que serão discutidas. “A emenda da reforma do Estado deve vir antes porque está mais próxima de ficar pronta”, disse o líder do PSDB no Senado, Sérgio Machado (CE). “Estas mudanças (nas áreas dos impostos, previdência e administração) vão exigir um esforço extra pois dizem respeito a setores mais amplos da sociedade.” O presidente do partido, senador Arthur da Távola (RJ), concordou: “Vamos ter que fazer um novo trabalho para garantir a aprovação destas emendas”.

A greve dos petroleiros e a política de juros do governo também mereceram comentários do presidente. Fernando Henrique explicou que não poderia abrir qualquer tipo de negociação com os petroleiros sem que os grevistas voltassem ao trabalho, sobretudo depois que o Tribunal Superior do Trabalho, por duas vezes, declarou a paralisação abusiva. “Como presidente tenho que cumprir a lei”, afirmou, recebendo a solidariedade dos presentes.

Sobre os juros altos, Fernando Henrique disse que a política de juros é circunstancial e necessária para manter a estabilidade do Real.



“Com as reformas e a inflação controlada, em um ano e meio o governo recupera a capacidade de investir”

Fernando Henrique Cardoso